
SME- CUIABÁ-MT

▼
Pedagogo



SL-038ST-26

7901183007844

Língua Portuguesa

1. Leitura, compreensão e interpretação de textos	7
2. Estruturação do texto e dos parágrafos	10
3. Articulação do texto	11
4. Fonemas e grafemas. Relações entre fonemas e grafemas; Vogais. Classificação de vogais e semivogais. Encontros vocálicos: ditongo, tritongo e hiato. Encontros consonantais e dígrafos	13
5. Divisão silábica	14
6. Acentuação gráfica. Novo Acordo Ortográfico. Tonicidade das palavras	16
7. Crase	18
8. Uso do hífen	20
9. Pontuação	21
10. Estrutura das palavras: morfemas, prefixos e sufixos. Formação de palavras. Composição e derivação	23
11. Classes gramaticais	28
12. A fala e a escrita: diferenças formais e diferenças funcionais	37
13. Habilidades de leitura e matrizes de referências	41
14. Tipologia e Gênero textual	45
15. Variação linguística	49
16. Intertextualidade	50
17. Figuras de Linguagem	53
18. Funções da Linguagem	56

Raciocínio Lógico-Analítico

1. Operações com conjuntos	67
2. Raciocínio lógico-numérico: problemas envolvendo operações com números reais e raciocínio sequencial	72
3. Conceito de proposição: valores lógicos das proposições; Conectivos, negação e tabela-verdade	77
4. Tautologias	79
5. Condição necessária e suficiente	81
6. Argumentação lógica, estruturas lógicas e diagramas lógicos	85
7. Equivalências e implicações lógicas	89
8. Quantificadores universal e existencial	96
9. Problemas de contagem: princípio aditivo e princípio multiplicativo. arranjos, combinações e permutações	99
10. Noções de probabilidade	100

Legislação Específica

1. A Constituição Federal. 1.1 Arts. 37 a 41 – A Administração Pública Direta e Indireta	107
2. Da Educação na CF/88 (Capítulo III - Art. 205 a 214)	113
3. Lei nº 9.394 de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDB	117
4. Lei n.º 8.069 de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente	137
5. Lei Complementar n.º 093 de 2003 – Estatuto do Servidor Público do Município de Cuiabá	178

6. Lei Complementar 220 de 2010 – Lei Orgânica dos Profissionais da Secretaria Municipal de Educação	199
7. Lei Nº 5.289 de 2009 - Institui o Sistema de Ensino do Município de Cuiabá.....	208
8. Ética no setor público	210
9. Decreto n.º 9.198 de 2022 – Código de Ética dos Agentes Públicos da Administração Direta e Indireta do Município de Cuiabá	211
10. Lei 5.965 de 2015 – Institui a Gestão Democrática nas Unidades Educacionais da Rede Pública Municipal.....	212
11. Resolução Normativa n.º 05 de 2012 – Fixa normas para a Oferta da Educação Básica do Campo no Sistema Municipal de Ensino de Cuiabá.....	226
12. Resolução Normativa n.º 01 de 2022 – Estabelece normas aplicáveis para a oferta da Educação, etapa Ensino Fundamental na Rede Municipal de Ensino de Cuiabá.....	226

Conhecimentos Específicos Pedagogo

1. O ensino-aprendizagem no contexto do currículo por competências	241
2. O processo de ensino-aprendizagem: atores, componentes curriculares, aprendizagem e desenvolvimento	245
3. Metodologias de ensino como: projetos didáticos e metodologias ativas, organização do tempo e do espaço e o lúdico na aprendizagem	248
4. Avaliação como forma de aprendizagem: avaliação diagnóstica, formativa e somativa	252
5. A análise dos resultados na perspectiva de orientação/reorientação do ensino-aprendizagem e intervenção pedagógica.....	253
6. A especificidade do pedagogo, saberes pedagógicos e atividade docente	257
7. Diferenciação pedagógica: estratégias didáticas para atender aos diferentes ritmos e estilos de aprendizagem em salas de aula heterogêneas	259
8. Tendências educacionais na sala de aula: correntes teóricas e alternativas metodológicas	263
9. A construção do conhecimento	265
10. Processo de ensino-aprendizagem: papel do educador, do educando, da sociedade.....	268
11. A Base Nacional Comum Curricular - BNCC. A Educação Infantil no contexto da Educação Básica. Direitos de Aprendizagem e desenvolvimento na Educação Infantil. Os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para a Educação Infantil. A transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental. O Ensino Fundamental no contexto da Educação Básica. Competências específicas de Linguagens para o Ensino Fundamental (Anos Iniciais) Língua Portuguesa. Competências específicas de Arte para o Ensino Fundamental (Anos Iniciais). Competências específicas de Matemática para o Ensino Fundamental (Anos Iniciais). Competências específicas de Ciências da Natureza para o Ensino Fundamental (Anos Iniciais). Competências específicas de Ciências Humanas para o Ensino Fundamental (Anos Iniciais). Competências específicas de Ensino Religioso para o Ensino Fundamental (Anos Iniciais)	272
12. A Educação como Direito da Criança	319
13. Educação Especial Inclusiva	323
14. Alfabetização e Letramento	330
15. Recomposição de Aprendizagens	331
16. Habilidades Preditoras da Alfabetização.....	335
17. Leitura e Escrita na Educação Infantil	339
18. Alfabetização e Letramento Matemático.....	343
19. Educação para as Relações Étnico-Raciais: cumprimento das Leis 10.639/03 e 11.645/08 (História e Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena) aplicados à didática dos Anos Iniciais.....	347
20. Relação Escola-Família: estratégias didáticas e institucionais para acolhimento e engajamento das famílias no processo de escolarização.....	351

LÍNGUA PORTUGUESA

LEITURA, COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades essenciais para que a comunicação alcance seu objetivo de forma eficaz. Em diversos contextos, como na leitura de livros, artigos, propagandas ou imagens, é necessário que o leitor seja capaz de entender o conteúdo proposto e, além disso, atribuir significados mais amplos ao que foi lido ou visto.

Para isso, é importante distinguir os conceitos de compreensão e interpretação, bem como reconhecer que um texto pode ser verbal (composto por palavras) ou não-verbal (constituído por imagens, símbolos ou outros elementos visuais).

Compreender um texto implica decodificar sua mensagem explícita, ou seja, captar o que está diretamente apresentado. Já a interpretação vai além da compreensão, exigindo que o leitor utilize seu repertório pessoal e conhecimentos prévios para gerar um sentido mais profundo do texto. Dessa forma, dominar esses dois processos é essencial não apenas para a leitura cotidiana, mas também para o desempenho em provas e concursos, onde a análise de textos e imagens é frequentemente exigida.

Essa distinção entre compreensão e interpretação é crucial, pois permite ao leitor ir além do que está explícito, alcançando uma leitura mais crítica e reflexiva.

O PROCESSO DE LEITURA

A leitura é uma atividade que vai além da decodificação de palavras. Ela envolve a interação entre o leitor, o texto e o contexto. O leitor, ao entrar em contato com o texto, traz consigo um repertório prévio que inclui conhecimentos linguísticos, culturais e experiências pessoais, elementos que influenciam diretamente sua capacidade de interpretar. O texto, por sua vez, apresenta informações organizadas em uma estrutura lógica, que podem ser explícitas ou implícitas. Já o contexto refere-se ao ambiente ou situação em que a leitura ocorre, o que também impacta a interpretação.

Um bom leitor é aquele que consegue relacionar esses três elementos, identificando não apenas o significado literal das palavras e frases, mas também os sentidos implícitos, as intenções do autor e os elementos subjacentes que complementam a mensagem textual.

► A Importância da Leitura Crítica

Além da compreensão literal, a leitura crítica envolve questionar o texto, identificar possíveis vieses, entender o ponto de vista do autor e considerar as implicações das informações apresentadas. Um leitor crítico não apenas entende o texto, mas também reflete sobre ele, formando opiniões fundamentadas.

A leitura e a interpretação de textos são habilidades essenciais que envolvem a identificação precisa de palavras, expressões, frases e parágrafos. Esses elementos, quando bem compreendidos, permitem ao leitor não apenas captar o significado do texto, mas também interagir com ele de forma reflexiva e crítica. Desenvolver essas competências exige prática constante e um olhar atento para as nuances da linguagem, tornando o ato de ler uma experiência enriquecedora e transformadora.

CONCEITO DE COMPREENSÃO

A compreensão de um texto é o ponto de partida para qualquer análise textual. Ela representa o processo de decodificação da mensagem explícita, ou seja, a habilidade de extrair informações diretamente do conteúdo apresentado pelo autor, sem a necessidade de agregar inferências ou significados subjetivos. Quando compreendemos um texto, estamos simplesmente absorvendo o que está dito de maneira clara, reconhecendo os elementos essenciais da comunicação, como o tema, os fatos e os argumentos centrais.

► A Compreensão em Textos Verbais

Nos textos verbais, que utilizam a linguagem escrita ou falada como principal meio de comunicação, a compreensão passa pela habilidade de ler com atenção e reconhecer as estruturas linguísticas. Isso inclui:

- **Vocabulário** : O entendimento das palavras usadas no texto é fundamental. Palavras desconhecidas podem comprometer a compreensão, tornando necessário o uso de dicionários ou ferramentas de pesquisa para esclarecer o significado.
- **Sintaxe**: A maneira como as palavras estão organizadas em frases e parágrafos também influencia o processo de compreensão. Sentenças complexas, inversões sintáticas ou o uso de conectores como conjunções e preposições requerem atenção redobrada para garantir que o leitor compreenda as relações entre as ideias.
- **Coesão e coerência**: são dois pilares essenciais da compreensão. Um texto coeso é aquele cujas ideias estão bem conectadas, e a coerência se refere à lógica interna do texto, onde as ideias se articulam de maneira fluida e compreensível.

Ao realizar a leitura de um texto verbal, a compreensão exige a decodificação de todas essas estruturas. É a partir dessa leitura atenta e detalhada que o leitor poderá garantir que absorveu o conteúdo proposto pelo autor de forma plena.

► A Compreensão em Textos Não-Verbais

Além dos textos verbais, a compreensão se estende aos textos não-verbais, que utilizam símbolos, imagens, gráficos ou outras representações visuais para transmitir uma mensagem. Exemplos de textos não-verbais incluem obras de arte, fotografias, infográficos e até gestos em uma linguagem de sinais.

A compreensão desses textos exige uma leitura visual aguçada, na qual o observador decodifica os elementos presentes, como:

- **Cores:** As cores desempenham um papel comunicativo importante em muitos contextos, evocando emoções ou sugerindo informações adicionais. Por exemplo, em um gráfico, cores diferentes podem representar categorias distintas de dados.
- **Formas e símbolos:** Cada forma ou símbolo em um texto visual pode carregar um significado próprio, como sinais de trânsito ou logotipos de marcas. A correta interpretação desses elementos depende do conhecimento prévio do leitor sobre seu uso.
- **Gestos e expressões:** Em um contexto de comunicação corporal, como na linguagem de sinais ou em uma apresentação oral acompanhada de gestos, a compreensão se dá ao identificar e entender as nuances de cada movimento.

► Fatores que Influenciam a Compreensão

A compreensão, seja de textos verbais ou não-verbais, pode ser afetada por diversos fatores, entre eles:

- **Conhecimento prévio:** Quanto mais familiarizado o leitor estiver com o tema abordado, maior será sua capacidade de compreender o texto. Por exemplo, um leitor que já conhece o contexto histórico de um fato poderá compreender melhor uma notícia sobre ele.
- **Contexto:** O ambiente ou a situação em que o texto é apresentado também influencia a compreensão. Um texto jornalístico, por exemplo, traz uma mensagem diferente dependendo de seu contexto histórico ou social.
- **Objetivos da leitura:** O propósito com o qual o leitor aborda o texto impacta a profundidade da compreensão. Se a leitura for para estudo, o leitor provavelmente será mais minucioso do que em uma leitura por lazer.

► Compreensão como Base para a Interpretação

A compreensão é o primeiro passo no processo de leitura e análise de qualquer texto. Sem uma compreensão clara e objetiva, não é possível seguir para uma etapa mais profunda, que envolve a interpretação e a formulação de inferências. Somente após a decodificação do que está explicitamente presente no texto, o leitor poderá avançar para uma análise mais subjetiva e crítica, onde ele começará a trazer suas próprias ideias e reflexões sobre o que foi lido.

A compreensão textual é um processo que envolve a decodificação de elementos verbais e não-verbais, permitindo ao leitor captar a mensagem essencial do conteúdo. Ela exige atenção, familiaridade com as estruturas linguísticas ou visuais e, muitas vezes, o uso de recursos complementares, como dicionários. Ao dominar a compreensão, o leitor cria uma base sólida para interpretar textos de maneira mais profunda e crítica.

TEXTOS VERBAIS E NÃO-VERBAIS

Na comunicação, os textos podem ser classificados em duas categorias principais: verbais e não-verbais. Cada tipo de texto utiliza diferentes recursos e linguagens para transmitir suas mensagens, sendo fundamental que o leitor ou observador saiba identificar e interpretar corretamente as especificidades de cada um.

► Textos Verbais

Os textos verbais são aqueles constituídos pela linguagem escrita ou falada, onde as palavras são o principal meio de comunicação. Eles estão presentes em inúmeros formatos, como livros, artigos, notícias, discursos, entre outros. A linguagem verbal se apoia em uma estrutura gramatical, com regras que organizam as palavras e frases para transmitir a mensagem de forma coesa e compreensível.

Características dos Textos Verbais:

- **Estrutura Sintática:** As frases seguem uma ordem gramatical que facilita a decodificação da mensagem.
- **Uso de Palavras:** As palavras são escolhidas com base em seu significado e função dentro do texto, permitindo ao leitor captar as ideias expressas.
- **Coesão e Coerência:** A conexão entre frases, parágrafos e ideias deve ser clara, para que o leitor compreenda a linha de raciocínio do autor.

Exemplos de textos verbais incluem:

- **Livros e artigos:** Onde há um desenvolvimento contínuo de ideias, apoiado em argumentos e explicações detalhadas.
- **Diálogos e conversas:** Que utilizam a oralidade para interações mais diretas e dinâmicas.
- **Panfletos e propagandas:** Usam a linguagem verbal de forma concisa e direta para transmitir uma mensagem específica.

A compreensão de um texto verbal envolve a decodificação de palavras e a análise de como elas se conectam para construir significado. É essencial que o leitor identifique o tema, os argumentos centrais e as intenções do autor, além de perceber possíveis figuras de linguagem ou ambiguidades.

► Textos Não-Verbais

Os textos não-verbais utilizam elementos visuais para se comunicar, como imagens, símbolos, gestos, cores e formas. Embora não usem palavras diretamente, esses textos transmitem mensagens completas e são amplamente utilizados em contextos visuais, como artes visuais, placas de sinalização, fotografias, entre outros.

Características dos Textos Não-Verbais:

- **Imagens e símbolos:** Carregam significados culturais e contextuais que devem ser reconhecidos pelo observador.

RACIOCÍNIO LÓGICO-ANALÍTICO

OPERAÇÕES COM CONJUNTOS

A noção de conjunto está presente em muitos aspectos da vida, sejam eles cotidianos, culturais ou científicos. Por exemplo, formamos conjuntos ao organizar a lista de amigos para uma festa, agrupar os dias da semana ou simplesmente fazer grupos.

Os componentes de um conjunto são chamados de elementos.

Para enumerar um conjunto, usamos geralmente uma letra maiúscula.

► Representações

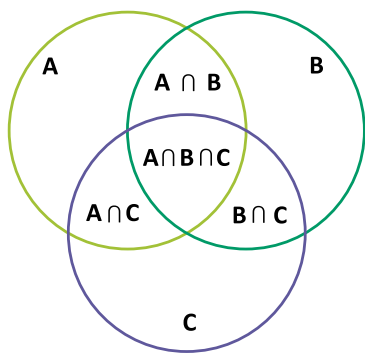
Pode ser definido por:

▪ **Enumerando todos os elementos do conjunto:** $S = \{1, 3, 5, 7, 9\}$

▪ **Simbolicamente:** $B = \{x \in \mathbb{N} \mid x < 8\}$, enumerando esses elementos temos:

$B = \{0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7\}$

► Diagrama de Venn



Há também um conjunto que não contém elemento e é representado da seguinte forma: $S = \emptyset$ ou $S = \{ \}$.

Quando todos os elementos de um conjunto A pertencem também a outro conjunto B, dizemos que:

A é subconjunto de B

Ou A é parte de B

A está contido em B; escrevemos: $A \subset B$

Se existir pelo menos um elemento de A que não pertence a B: $A \not\subset B$

► Símbolos

$\in$: pertence

$\notin$: não pertence

$\subset$: está contido

$\nsubseteq$: não está contido

$\supset$: contém

$\not\supset$: não contém

$\therefore$: tal que

$\Rightarrow$: implica que

$\Leftrightarrow$: se e somente se

$\exists$: existe

$\nexists$: não existe

$\forall$: para todo (ou qualquer que seja)

$\emptyset$: conjunto vazio

$\mathbb{N}$: conjunto dos números naturais

$\mathbb{Z}$: conjunto dos números inteiros

$\mathbb{Q}$: conjunto dos números racionais

$\mathbb{Q}' = \mathbb{I}$: conjunto dos números irracionais

$\mathbb{R}$: conjunto dos números reais

IGUALDADE

► Propriedades básicas da igualdade

Para todos os conjuntos A, B e C, para todos os objetos $x \in U$, temos que:

(1) $A = A$.

(2) Se $A = B$, então $B = A$.

(3) Se $A = B$ e $B = C$, então $A = C$.

(4) Se $A = B$ e $x \in A$, então $x \in B$.

Se $A = B$ e $A \in C$, então $B \in C$.

Dois conjuntos são iguais se, e somente se, possuem exatamente os mesmos elementos. Em símbolos:

Para saber se dois conjuntos A e B são iguais, precisamos saber apenas quais são os elementos.

Não importa a ordem:

$A = \{1, 2, 3\}$ e $B = \{2, 1, 3\}$

Não importa se há repetição:

$A = \{1, 2, 2, 3\}$ e $B = \{1, 2, 3\}$

CLASSIFICAÇÃO

► Definição

Chama-se cardinal de um conjunto, e representa-se por #, ao número de elementos que ele possui.

Exemplo:

Por exemplo, se $A = \{45, 65, 85, 95\}$ então $\#A = 4$.

► Definições

Dois conjuntos dizem-se equipotentes se têm o mesmo cardinal.

Um conjunto diz-se

- a) infinito quando não é possível enumerar todos os seus elementos
- b) finito quando é possível enumerar todos os seus elementos
- c) singular quando é formado por um único elemento
- d) vazio quando não tem elementos

Exemplos:

N é um conjunto infinito (O cardinal do conjunto N ($\#N$) é infinito (∞));

$A = \{\frac{1}{2}, 1\}$ é um conjunto finito ($\#A = 2$);

$B = \{\text{Lua}\}$ é um conjunto singular ($\#B = 1$)

$\{\}$ ou $\emptyset$ é o conjunto vazio ($\#\emptyset = 0$)

► **Pertinência**

O conceito básico da teoria dos conjuntos é a relação de pertinência representada pelo símbolo $\in$. As letras minúsculas designam os elementos de um conjunto e as maiúsculas, os conjuntos. Assim, o conjunto das vogais (V) é:

$V = \{a, e, i, o, u\}$

A relação de pertinência é expressa por: $a \in V$

A relação de não-pertinência é expressa por: $b \notin V$, pois o elemento b não pertence ao conjunto V .

► **Inclusão**

A relação de inclusão possui 3 propriedades:

Propriedade reflexiva: $A \subset A$, isto é, um conjunto sempre é subconjunto dele mesmo.

Propriedade antissimétrica: se $A \subset B$ e $B \subset A$, então $A = B$

Propriedade transitiva: se $A \subset B$ e $B \subset C$, então, $A \subset C$.

OPERAÇÕES

► **União**

Dados dois conjuntos A e B , existe sempre um terceiro formado pelos elementos que pertencem a pelo menos um dos conjuntos a que chamamos conjunto união e representamos por: $A \cup B$.

Formalmente temos: $A \cup B = \{x | x \in A \text{ ou } x \in B\}$

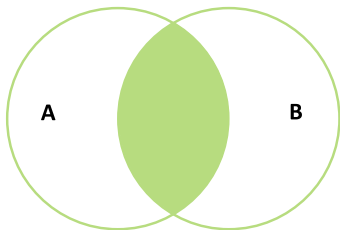
Exemplo:

$A = \{1, 2, 3, 4\}$ e $B = \{5, 6\}$

$A \cup B = \{1, 2, 3, 4, 5, 6\}$

► **Interseção**

A interseção dos conjuntos A e B é o conjunto formado pelos elementos que são ao mesmo tempo de A e de B , e é representada por: $A \cap B$. Simbolicamente: $A \cap B = \{x | x \in A \text{ e } x \in B\}$



Exemplo:

$A = \{a, b, c, d, e\}$ e $B = \{d, e, f, g\}$

$A \cap B = \{d, e\}$

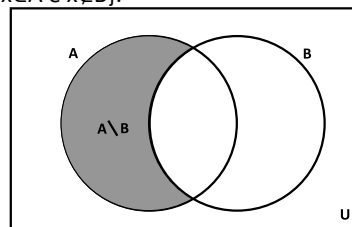
► **Diferença**

Uma outra operação entre conjuntos é a diferença, que a cada par A, B de conjuntos faz corresponder o conjunto definido por:

$A - B$ ou $A \setminus B$ que se diz a diferença entre A e B ou o complementar de B em relação a A .

A este conjunto pertencem os elementos de A que não pertencem a B .

$A \setminus B = \{x : x \in A \text{ e } x \notin B\}$.



Exemplo:

$A = \{0, 1, 2, 3, 4, 5\}$ e $B = \{5, 6, 7\}$

Então os elementos de $A - B$ serão os elementos do conjunto A menos os elementos que pertencerem ao conjunto B .

Portanto $A - B = \{0, 1, 2, 3, 4\}$.

► **Complementar**

Sejam A e B dois conjuntos tais que $A \subset B$. Chama-se complementar de A em relação a B , que indicamos por $C_B A$, o conjunto cujos elementos são todos aqueles que pertencem a B e não pertencem a A .

$A \subset B \Leftrightarrow C_B A = \{x | x \in B \text{ e } x \notin A\} = B - A$

Exemplo:

$A = \{1, 2, 3\}$ $B = \{1, 2, 3, 4, 5\}$

$C_B A = \{4, 5\}$

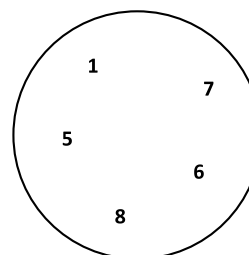
► **Representação**

▪ **Enumerando todos os elementos do conjunto:** $S = \{1, 2, 3, 4, 5\}$

Simbolicamente: $B = \{x \in \mathbb{N} | 2 < x < 8\}$, enumerando esses elementos temos:

$B = \{3, 4, 5, 6, 7\}$

▪ **Por meio de diagrama:**



Quando um conjunto não possui elementos chama-se de conjunto vazio: $S = \emptyset$ ou $S = \{\}$.

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

A CONSTITUIÇÃO FEDERAL. 1.1 ARTS. 37 A 41 – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA E INDIRETA

DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

► Disposições gerais e servidores públicos

A expressão Administração Pública em sentido objetivo traz a ideia de atividade, tarefa, ação ou função de atendimento ao interesse coletivo. Já em sentido subjetivo, indica o universo dos órgãos e pessoas que desempenham função pública.

Conjugando os dois sentidos, pode-se conceituar a Administração Pública como sendo o conjunto de pessoas e órgãos que desempenham uma função de atendimento ao interesse público, ou seja, que estão a serviço da coletividade.

► Princípios da Administração Pública

Nos termos do caput do Artigo 37 da CF, a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

As provas de Direito Constitucional exigem com frequência a memorização de tais princípios. Assim, para facilitar essa memorização, já é de praxe valer-se da clássica expressão mnemônica “LIMPE”. Observe o quadro abaixo:

Princípios da Administração Pública	
L	Legalidade
I	Impessoalidade
M	Moralidade
P	Publicidade
E	Eficiência
LIMPE	

Passemos ao conceito de cada um deles:

Princípio da Legalidade:

De acordo com este princípio, o administrador não pode agir ou deixar de agir, senão de acordo com a lei, na forma determinada. O quadro abaixo demonstra suas divisões.

Princípio da Legalidade	
Em relação à Administração Pública	A Administração Pública somente pode fazer o que a lei permite → Princípio da Estrita Legalidade
Em relação ao Particular	O Particular pode fazer tudo que a lei não proíbe

Princípio da Impessoalidade:

Em decorrência deste princípio, a Administração Pública deve servir a todos, sem preferências ou aversões pessoais ou partidárias, não podendo atuar com vistas a beneficiar ou prejudicar determinadas pessoas, uma vez que o fundamento para o exercício de sua função é sempre o interesse público.

Princípio da Moralidade:

Tal princípio caracteriza-se por exigir do administrador público um comportamento ético de conduta, ligando-se aos conceitos de probidade, honestidade, lealdade, decore e boa-fé.

A moralidade se extrai do senso geral da coletividade representada e não se confunde com a moralidade íntima do administrador (moral comum) e sim com a profissional (ética profissional).

O Artigo 37, §4º da CF elenca as consequências possíveis, devido a atos de improbidade administrativa:

► Sanções ao cometimento de atos de improbidade administrativa

- Suspensão dos direitos políticos (responsabilidade política)
- Perda da função pública (responsabilidade disciplinar)
- Indisponibilidade dos bens (responsabilidade patrimonial)
- Ressarcimento ao erário (responsabilidade patrimonial)

Princípio da Publicidade:

O princípio da publicidade determina que a Administração Pública tem a obrigação de dar ampla divulgação dos atos que pratica, salvo a hipótese de sigilo necessário.

A publicidade é a condição de eficácia do ato administrativo e tem por finalidade propiciar seu conhecimento pelo cidadão e possibilitar o controle por todos os interessados.

Princípio da Eficiência:

Segundo o princípio da eficiência, a atividade administrativa deve ser exercida com presteza, perfeição e rendimento funcional, evitando atuações amadorísticas.

Este princípio impõe à Administração Pública o dever de agir com eficiência real e concreta, aplicando, em cada caso concreto, a medida, dentre as previstas e autorizadas em lei, que mais satisfaça o interesse público com o menor ônus possível (dever jurídico de boa administração).

Em decorrência disso, a administração pública está obrigada a desenvolver mecanismos capazes de propiciar os melhores resultados possíveis para os administrados. Portanto, a Administração Pública será considerada eficiente sempre que o melhor resultado for atingido.

Disposições Gerais na Administração Pública:

O esquema abaixo sintetiza a definição de Administração Pública:

Administração Pública	
Direta	Indireta
Federal Estadual Distrital Municipal	Autarquias (podem ser qualificadas como agências reguladoras) Fundações (autarquias e fundações podem ser qualificadas como agências executivas) Sociedades de economia mista Empresas públicas
Entes Cooperados	
Não integram a Administração Pública, mas prestam serviços de interesse público. Exemplos: SESI, SENAC, SENAI, ONG's	

As disposições gerais sobre a Administração Pública estão elencadas nos Artigos 37 e 38 da CF. Vejamos:

CAPÍTULO VII DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

SEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

I - os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

III - o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período;

IV - durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira;

V - as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

VI - é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical;

VII - o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

VIII - a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão;

IX - a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público; (Vide Emenda constitucional nº 106, de 2020)

X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o §4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) (Regulamento)

XI - a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como limite, nos Municípios, o subsídio do Prefeito, e nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos Deputados Estaduais e Distritais no âmbito do Poder Legislativo e o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores Públicos; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19.12.2003)

XII - os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo;

XIII - é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

O ENSINO-APRENDIZAGEM NO CONTEXTO DO CURRÍCULO POR COMPETÊNCIAS

COMPETÊNCIA COMO MOBILIZAÇÃO INTEGRADA DE SABERES

O currículo por competências organiza a aprendizagem em torno da capacidade de mobilizar conhecimentos, procedimentos, atitudes e critérios de decisão diante de situações que exigem atuação consciente. Isso desloca o foco de uma sequência centrada apenas na exposição de conteúdos para um percurso em que o conteúdo ganha sentido porque participa de uma ação intelectual mais ampla. Saber uma definição, executar um procedimento e reconhecer um valor são aprendizagens importantes, mas a competência aparece quando o estudante articula esses elementos para compreender um problema, escolher caminhos, justificar decisões e avaliar o próprio resultado.

► Conhecimentos, habilidades e atitudes em articulação

Conhecimentos correspondem a conceitos, informações, princípios, relações e sistemas de explicação que permitem interpretar uma situação. Habilidades dizem respeito ao uso desses conhecimentos em ações como comparar, inferir, calcular, argumentar, investigar, representar e produzir. Atitudes envolvem disposições que orientam a participação, como responsabilidade, abertura ao diálogo, persistência e cuidado com consequências. No trabalho escolar, essas dimensões não formam compartimentos independentes. Uma tarefa pode exigir que o estudante compreenda um conceito científico, leia dados, comunique uma conclusão e considere impactos coletivos ao propor uma solução.

Da posse de informação à ação pertinente

Uma resposta correta a uma pergunta direta pode demonstrar domínio pontual, mas não necessariamente revela capacidade de mobilização. Para observar competência, é preciso propor situações nas quais o estudante decida que informação é relevante, qual procedimento utilizar e como justificar a escolha. Em uma campanha escolar para reduzir o desperdício de água, por exemplo, a turma pode analisar registros de consumo, identificar hábitos que aumentam o gasto, elaborar mensagens para diferentes públicos e acompanhar os efeitos das ações adotadas. O conhecimento matemático ajuda a interpretar quantidades; a linguagem sustenta a comunicação; conceitos ambientais oferecem critérios para compreender o problema; atitudes de responsabilidade influenciam as decisões coletivas.

A relação entre as dimensões pode ser visualizada por critérios que mostram o papel de cada uma na ação competente.

Dimensão	Função pedagógica	Evidência observável	Risco quando tratada isoladamente
Conhecimento	Oferecer conceitos e relações para interpretar a situação	Explicação coerente e uso adequado de informações	Acúmulo de informação sem aplicação
Habilidade	Transformar conhecimento em ação intelectual ou prática	Procedimento escolhido e executado com sentido	Técnica repetida sem compreensão
Atitude	Orientar participação, responsabilidade e posicionamento	Cooperação, cuidado, persistência e julgamento	Valorização abstrata sem relação com a tarefa

A tabela evidencia que a competência não elimina o ensino de conteúdos. Ao contrário, exige conteúdos suficientemente compreendidos para serem acionados em contextos variados. Também mostra que atitudes não devem ser avaliadas como traços permanentes de personalidade. Elas se manifestam em situações concretas, dependem das condições de participação e podem ser desenvolvidas por meio de experiências que atribuem responsabilidade real aos estudantes.

► **Transferência e uso situado do que se aprende**

A transferência ocorre quando uma aprendizagem é utilizada fora da configuração exata em que foi inicialmente construída. Ela não significa aplicar mecanicamente a mesma resposta em qualquer contexto. Exige perceber semelhanças e diferenças entre situações, selecionar o que pode ser aproveitado e adaptar procedimentos. Um estudante que aprendeu a comparar quantidades em uma atividade com consumo de água pode, posteriormente, usar a mesma relação para interpretar desperdício de alimentos, desde que reconheça o que permanece relevante e o que muda no novo problema.

Desempenho em situações novas e significativas

Quanto mais uma tarefa permite decisões reais, maior a possibilidade de observar como o estudante articula saberes. Situações excessivamente fechadas revelam apenas parcelas da aprendizagem. Uma proposta significativa apresenta um propósito compreensível, critérios de qualidade e espaço para escolha. Isso não implica abandonar atividades de treino ou sistematização. Elas continuam necessárias para consolidar procedimentos e conceitos, mas passam a integrar um percurso que culmina em usos mais complexos. O equilíbrio entre sistematização e mobilização impede dois extremos: transformar competência em atividade improvisada sem base conceitual ou reduzir o currículo a conteúdos desconectados de práticas de uso.

PLANEJAMENTO CURRICULAR ORIENTADO POR DESEMPENHOS COMPLEXOS

Planejar por competências requer converter expectativas amplas em experiências de aprendizagem progressivas. O ponto de partida é identificar o que o estudante precisa ser capaz de fazer com determinados conhecimentos e sob quais condições essa atuação se torna relevante. O planejamento preserva conteúdos disciplinares, mas os seleciona e organiza de acordo com o papel que desempenham na construção de capacidades mais abrangentes. A coerência aparece quando intenção, atividade, mediação e forma de observar a aprendizagem apontam para o mesmo tipo de desempenho.

► **Intenções de aprendizagem observáveis**

Uma intenção orientada por competência combina conteúdo e ação. Em vez de formular apenas “conhecer o consumo de água”, pode-se planejar que os estudantes interpretem dados de consumo, identifiquem padrões e proponham medidas justificadas para reduzir desperdícios. A formulação não serve como frase decorativa. Ela delimita o que precisa ser ensinado, que experiências podem produzir aprendizagem e quais evidências permitirão acompanhar o percurso. Intenções excessivamente genéricas dificultam a escolha das tarefas; intenções estreitas demais fragmentam o conhecimento e deixam de representar uma atuação complexa.

Planejamento a partir do desempenho esperado

Uma forma consistente de organizar o percurso é imaginar primeiro a situação em que o estudante demonstrará a aprendizagem e, então, identificar os saberes necessários para alcançá-la. No exemplo da campanha de água, a produção final pode exigir leitura de tabelas, comparação de medidas, formulação de argumentos, escolha de linguagem adequada ao público e justificativa das ações propostas. Cada requisito orienta atividades preparatórias específicas. Assim, a sequência não é montada por acumulação de exercícios, mas por encadeamento de aprendizagens que ganham função dentro de uma realização mais ampla.

Alguns elementos ajudam a manter o planejamento coerente. Eles precisam aparecer vinculados ao problema concreto, e não como uma lista burocrática.

- Definir a atuação que evidenciará a competência em termos compreensíveis e observáveis.
- Identificar os conhecimentos indispensáveis para interpretar e enfrentar a situação proposta.
- Prever apoios, materiais e intervenções adequados ao ponto de partida da turma.
- Estabelecer critérios que permitam distinguir avanços qualitativos no desempenho.

Esses elementos formam uma cadeia de decisões. Se o desempenho final exige argumentação com dados, por exemplo, a sequência deve oferecer oportunidades para ler dados, comparar interpretações, produzir justificativas e receber devolutivas sobre a qualidade das relações estabelecidas. Não é coerente exigir, no final, uma capacidade que não tenha sido objeto de ensino e prática orientada.

► **Progressão de complexidade no percurso curricular**

A progressão acontece quando as situações de aprendizagem ampliam gradualmente o número de variáveis, a autonomia necessária e a exigência de integração entre saberes. No início, o professor pode fornecer dados já organizados e perguntas delimitadas. Em outro momento, os estudantes podem escolher quais informações coletar, decidir como representá-las e comparar alternativas de intervenção. O desafio cresce não apenas porque o conteúdo fica mais difícil, mas porque o estudante assume decisões antes realizadas pelo adulto.

Do apoio intenso à autonomia crescente

A retirada de apoios precisa acompanhar evidências de que o estudante já consegue realizar certas operações de modo independente. Um modelo de tabela, uma pergunta orientadora ou um exemplo resolvido podem ser úteis no começo e desnecessários mais adiante. Manter suporte excessivo impede que a autonomia apareça; removê-lo cedo demais transforma a tarefa em barreira. Planejar por competências, portanto, inclui decidir quando oferecer estrutura, quando reduzir pistas e quando introduzir uma situação nova para verificar se a aprendizagem se sustenta fora do contexto de origem.